

Mundo reage ao neoliberalismo

Experiência mostra que privatizações de serviços públicos só interessam às multinacionais. Na Argentina, presidente toma posse e começa a rever processo

No início de dezembro, na cidade de Seattle, nos Estados Unidos, cerca de 80 mil pessoas, provenientes de todas as partes do mundo, foram para as ruas protestar contra o projeto neoliberal - que impõe pesadas perdas sociais ao Terceiro Mundo - durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Estava em jogo, naquela cidade norte-americana, negociações entre líderes dos principais países para aprovar o chamado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que queria neutralizar as políticas dos estados nacionais, por considerá-las restritivas ao livre comércio, facilitando ainda mais a ação das multinacionais no mundo subdesenvolvido. Trabalhadores, líderes de classe, intelectuais e cidadãos comuns decidiram dizer não - em pleno berço do capitalismo - a essa tentativa dos governos mais ricos. O temor do governo norte-americano de que a manifestação ganhasse contornos maiores levou as autoridades a reprimirem com violência policial o movimento que ali surgia. "O tiro saiu pela culatra", e os representantes dos países ricos viram surgir uma das mais importantes reações populares ao projeto neoliberal, que acabaram ganhando as páginas dos principais jornais do planeta. Ao mesmo tempo, na América Latina, a Argentina se preparava para empossar seu



novo presidente, Fernando de la Rúa, com propostas de rever tarifas e serviços públicos privatizados, suspendendo de imediato todo o processo de privatização. Na Europa, o projeto neoliberal mostrou sua face marginal, envolvendo o próprio ex-chanceler Helmut Kohl e políticos locais: a corrupção que

pode trazer à tona um dos maiores escândalos do país, com a distribuição de milhares de marcos a políticos pelas empresas privadas, para facilitar a venda de empresas públicas. Enquanto isso, no Brasil, o presidente FHC insiste em retomar seu projeto de desestatização, que já encontra resistências nos

próprios partidos que formam a base de sustentação política do governo. No Rio, o governador Anthony Garotinho iniciou a revisão das tarifas públicas, cujos aumentos, em 1999, foram responsáveis pela explosão da inflação, que atingiu seu maior recorde.

Páginas 4,5,6,7 e editorial

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
 Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
 Júlio César de O. Antunes
Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
 Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
 Márcio de Melo Rocha
Diretor Social
 Antônio Carlos Álvares Grillo
Diretor Representante dos
Aposentados
 Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Adjunto
 João Benedito Lorenzon Mello

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores
 Sérgio Rego Rodrigues
Advogados
 Sueli Kolling Turano
Analistas de Sistemas
 César Lima da Graça
Arquitetos
 Júlio Celso Bragança Gil
Aposentados
 Armando Costa Vieira
 Edson Bittencourt Rosa
 Eliana Glória Peixoto
 Leon Ambram
Maria Carmem M. M. Almeida
Contadores
 Sérgio Pereira
Demais Categorias
 Evandro Rodrigues de Brito
Economistas
 Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
 Álvaro Henrique C. Verocai
 Clóvis Francisco do Nascimento Filho
 Jonathas Ferreira Filho
 Márcio de Melo Rocha
 Renato Guerra Marques
Sócios Aspirantes
 Júlio César de Oliveira Antunes

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr
 Bittencourt de Oliveira, Emy
 Guimarães de Lemos, João Carlos do
 Rego Pinto, Renato Lima do Espírito
 Santo, Carlos Henrique Soares de
 Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,
 Alberto Burd e Gerson Pereira L.
 Nascimento. **Suplentes:** Antônio
 Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues
 Leitão e Leon Ambram.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
 Tels: (021) 220-2461/524-0890
 Email: _planin@uol.com.br

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério
 MTB: 12.524/RJ

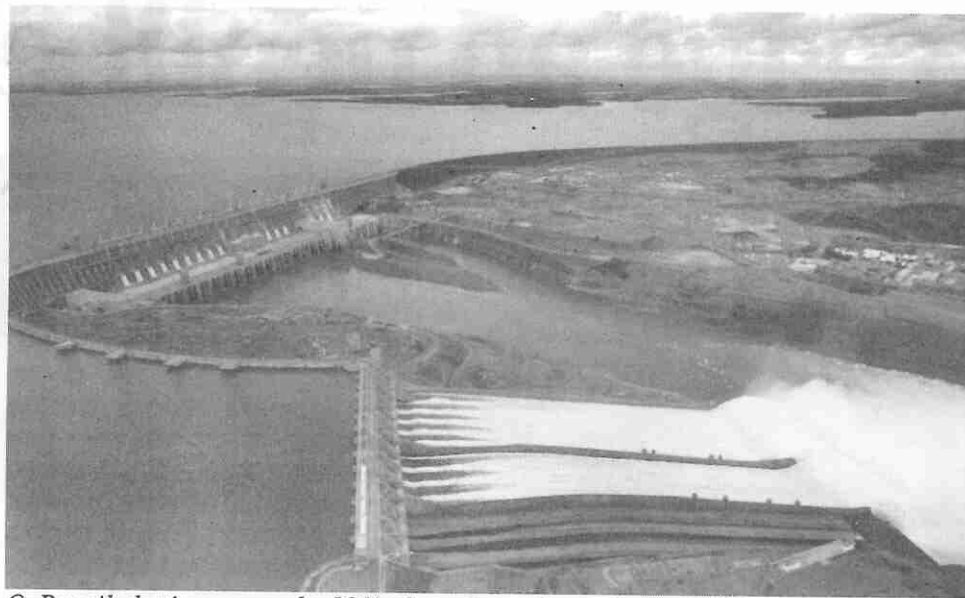
Diagramação e Editoração Eletrônica
 Planin Assessoria de Comunicação

Edição de Dezembro de 1999

Tiragem: 2.000 exemplares

Crise mundial acirra o interesse econômico pelas fontes de água

ONU já prevê conflitos



O Brasil detém cerca de 12% de toda a água disponível para consumo do mundo, o que lhe garante o domínio de uma das maiores reservas do planeta

O interesse que as grandes corporações multinacionais vêm manifestando pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil pode ser facilmente entendido, a partir de uma análise do relatório que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) acaba de lançar, denominado GEO-2000, sobre o futuro ambiental do Planeta. Segundo a ONU, “a crescente escassez mundial de água potável pode se tornar fonte de graves conflitos neste milênio. Hoje, 20% da população mundial já não contam com acesso à água potável para beber e 50% sofrem com a falta de esgotamento sanitário”, afirma o estudo.

O organismo ambiental alerta que, se não houver mudança no padrão de consumo, a Organização Mundial de Meteorologia prevê que, por volta de 2025, “duas em cada grupo de três pessoas terão problemas de abastecimento de água”, portanto, um mercado potencial incalculável para a sede de lucro das multinacionais. O trabalho feito pela ONU afirma que o problema parece mais agudo na África e no Oeste da Ásia. Somente no continente africano, estima-se que 300 milhões de pessoas, em 14 países, enfrentam escassez ou falta de água potável. Outras 11 nações deverão engrossar essa lista nos próximos 25 anos.

Segundo a análise do GEO-2000, parte do problema de abastecimento se deve ao crescente uso doméstico, industrial e agrícola. Só a agricultura consome 70% da água disponível, basicamente para irrigação das safras, e boa

parte desse consumo é desperdiçada por vazamentos ou evaporação. O precário abastecimento tem prejudicado o crescimento econômico em regiões da China, da Índia e da Indonésia. “Até mesmo na América do Norte, especialmente no Oeste e Sudoeste dos Estados Unidos, a economia sofre com a crescente demanda para o consumo municipal e industrial”.

“Sem uma mudança urgente no gerenciamento dessa questão, haverá um grave problema ambiental que pode resultar numa “escalada de conflitos” no planeta, com nações disputando fontes de suprimento de água.”

Para a ONU, sem uma mudança urgente no gerenciamento dessa questão, haverá um grave problema ambiental que pode resultar numa “escalada de conflitos” no planeta, com nações disputando fontes de suprimento de água. O estudo da Entidade sustenta a necessidade de uma abordagem holística da questão, com a reorganização, por exemplo, das políticas de gerenciamento das bacias hidrográficas e a introdução de conceitos de uso equitativo e compartilhado das fontes de água.

Crise global, mercado em potencial

Mas segundo cientistas de todo o mundo, esse quadro não é definitivo e pode piorar bastante, uma vez que ainda não se consegue avaliar até que ponto as mudanças climáticas em curso no planeta poderão agravar o problema da escassez da água, que assume proporções globais. E no rastro da globalização da crise de abastecimento, as multinacionais começam a se “mexer”, para disputar esse inesgotável mercado futuro, de olho nas principais fontes de recursos hídricos do mundo.

O Brasil possui uma das maiores reservas de água doce do planeta - o que equivale a 12% de toda a água disponível para o consumo humano no mundo. Cerca de 80% de toda essa reserva estão na Amazônia - onde se encontra a maior bacia fluvial do mundo. Só o volume de água do rio Amazonas representa 16% de todas a água dos rios da Terra. Além disso, na Amazônia, vivem somente seis milhões de pessoas. Isso significa que 94% da população brasileira, cerca de 148 milhões de pessoas, dependem dos 20% restantes de toda a água das reservas existentes no Brasil, que são utilizadas, também, para a agricultura (irrigação) e indústrias.

Além desse grande volume d’água na Amazônia, o País tem, ainda, sob o Nordeste, um imenso reservatório de águas subterrâneas. Recentemente, cientistas divulgaram a existência de um novo reservatório subterrâneo, que se estende pelo subsolo do Paraguai, Uruguai e Argentina, embora cerca de 70% estejam localizados sob solo brasileiro, espalhando-se pelas regiões sudeste, sul e centro-oeste. À luz da conjuntura internacional dos recursos hídricos, é fácil imaginar o motivo de tanto interesse das empresas multinacionais e países desenvolvidos no setor de Saneamento Básico brasileiro.

Transcendência

Um político preocupou-se com a falta de regulação do setor de Saneamento Básico. Cercou-se de algumas pessoas com admirável bagagem para assessorá-lo na elaboração de minuta de um projeto-lei para discussão no Congresso Nacional.

O documento ficou pronto e, sem querer falsear a modéstia do grupo, posso afirmar que, ali, foram colocadas excelentes abordagens.

No dia da apresentação, ao final, ele se declarou atendido e que, junto à sua assessoria parlamentar, iria analisar a propositura, aí sim, dentro das técnicas parlamentares.

Embora não tenha dado ênfase, mas deixou transparecer que sentiu falta de firmeza na abordagem do poder concedente.

Essa questão está em voga. É a distração em que nos meteram. Por conta dela, ocupam-se os Tribunais em todas as suas instâncias, até a Suprema Corte Federal.

Na oportunidade, comentei que a questão do poder concedente era extemporânea e que, na minha ótica, era até inconstitucional, pelas seguintes razões: quem discute tal poder, está convencido de que deve ser privatizada a gestão do Saneamento Básico. A dúvida é a quem cabe entregar – governo estadual ou governo municipal? A inconstitucionalidade corre por conta da distorção. Ora, se o Artigo 23 da Constituição Federal garante que o Saneamento Básico é uma competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, por que interpretar no Artigo 30 da mesma Constituição, o Saneamento Básico, como serviço público de interesse local? Estão querendo apontar uma contradição entre aqueles Artigos? Ou há uma intenção escusa?

Aproveitei o momento, também, para sugerir a inclusão de dispositivo naquela minuta que garantisse o uso e consumo de nossos recursos hídricos, exclusivamente, no território brasileiro e que a sua exportação seria proibida sob qualquer forma. Foi rejeitada porque acharam não cabível no objetivo do projeto. Mas o político apresentou-me uma contraproposta para que lhe submetesse uma outra minuta com essa proposição para estudo de emenda, quem sabe, até na Lei dos Recursos Hídricos.

Na realidade, eu estava querendo que o político se incorporasse na nossa bandeira maior de luta que, hoje, transcende a questão entre prefeitos e governadores. Afinal, ele tem um canal na mídia que nos falta. Por outro lado, estaria gerando um fato que, certamente, afloraria uma discussão nacional. Na melhor das hipóteses, a prevenção seria inserida no texto da legislação compatível, protegendo os nossos recursos hídricos contra manobras futuras ainda não con-

fessadas. Ao contrário, estaríamos diante de uma assertiva, já que hoje, em face de algumas evidências internacionais, não nos parece que o capital internacional tenha como meta, exclusiva, explorar nossa gente vivente num país pobre de terceiro mundo.

A água vale mais que o petróleo! Sem ela, não há vida. Por ela, muitos irão dar a vida em truculentas disputas para saciar a sede e preservar a vida. Os países sedentos, porém ricos, comprarão a água como já o fazem alguns no Oriente Médio.

O Brasil é um pobre de terceiro mundo. Todavia, um ricasso no globo terrestre com 12% dos recursos hídricos disponíveis para a ingestão humana. É dono da maior bacia hidrográfica e senhor de duas outras bacias, estas subterrâneas, sob as regiões nordestina e centro-sul, ainda não exploradas.

Há, pelo menos, três anos que, paralelamente à luta pela gestão pública do Saneamento Básico e, conseqüentemente, pela preservação de seu instrumento de viabilização no Estado do Rio de Janeiro – a Cedae – que alerta essa tendência. É inexplicável a obstinação do capital internacional. Ignora até os prováveis riscos de perdas para assumir o monopólio das águas no Brasil. O FMI, mantido por tal capital, pressiona o governo brasileiro para privatizar a gestão das águas, por conta das nossas dívidas externas.

O nosso grito hoje é “a água é nossa”, assim como, no passado, urrávamos que o petróleo o era e o é, até hoje. O poder sobre os recursos hídricos é uma questão de soberania. Não pensam diferente a Noruega, Canadá e Estados Unidos, respectivamente 1º, 2º e 4º classificados como senhores das águas no mundo. O Brasil se posiciona em 3º lugar.

Falta-nos, ainda, o que sobra, por exemplo, aos americanos – o nacionalismo.

Os dois países nasceram no mesmo século, à época dos descobrimentos. Ambos foram explorados por países europeus. Lá, os ingleses foram os colonizadores. Em 1776, após oito anos da guerra da insurreição, libertaram-se do jugo colonizador e se tornaram donos absolutos de suas riquezas e as exploraram, até hoje, e se tornaram país de primeiro mundo. Aqui, foram os portugueses os colonizadores. Não houve guerra. Houve um grito – o do Ipiranga em 1822. Não foi o nacionalismo que derrocou o jugo português. Havia, sim, alguns movimentos. Entretanto, o grito saiu da garganta do Príncipe Regente, D. Pedro I, em desobediência ao pai, Rei de Portugal – os pais costumam perdoar os filhos! Frustrou-nos da valorização nacionalista da independência – a guerra.

Dali, para o futuro de hoje, sucederam-se golpes e golpes e a nossa sobe-

rania, pela submissão a que estamos impostos, parece até que é tolerada.

Os satélites monitoram todas as riquezas sob o nosso solo. Arditosamente, vão nos assumindo. E nós ficamos, aqui, discutindo o poder concedente!

Os nossos governantes, após 500 anos de Brasil, continuam abusando da retórica. A demagogia é um exercício profissional político, ao simularem a modéstia, a humildade, a tolerância e outras, como forças capazes de fortalecer a democracia. E o povo acredita, mesmo com o desemprego, com a fome, com o míngua salário mínimo ou com a favelização crescente sinalizando o empobrecimento geral.

A história se repete, a cada governo. É comum ao nosso governante escudar-se na mácula do governo anterior para distrair e postergar ações emergentes entre meio às trocas de acusações. Os crédulos animam-se e regozijam-se e exclamam: “isto que é governo”.

Aqui, no Estado do Rio, resolveu o governador apurar irregularidades no processo de privatizações do governo passado. Pasmado, vejo que as irregularidades detectadas constam de uma série de Ações, onde foram negadas as Liminares requeridas, e que, ainda, estão tramitando no Judiciário. O Sr. Secretário de Planejamento, ex-Presidente do Sindicato dos Engenheiros e ex-Vereador, conhece bem de perto, na época, as irregularidades, hoje, redescobertas como inéditas. O técnico da UFRJ, anunciante do relatório conclusivo, também já as conhecia. Já, já, vão afirmar que descobriram a pólvora.

Através da Procuradoria do Estado, voltem aos processos. Mudem de visão e busquem a decisão de mérito em tais Ações. Vão, certamente, reduzir o dispêndio de energia para anular todas as irregularidades. Algumas, até podem provocar a anulação de contrato. É uma questão de querer e não de politizar.

Para finalizar, não poderia deixar de comentar a novela “o chumbo”.

A Cedae tem os seus químicos, farmacêuticos e engenheiros químicos, envolvidos com a produção da água. Apesar disto, submete-se às análises de profissionais de órgãos públicos conveniados para o acompanhamento da qualidade da água.

Ora, no princípio é como as núpcias: tudo é lindo e maravilhoso. Até a mentira é charmosa. Entretanto, no litígio, instala-se o inferno. Desmorona-se a boa relação. Não é diferente nos outros contratos. Não foi diferente no contrato entre a Cedae e a UFRJ. O Sr. João, chefe do LAM, até 1998, segundo suas afirmações, estava tudo sob controle. A qualidade da água estaria dentro dos padrões. Lembro que esse senhor,

a tiracolo do Presidente da Cedae, no governo anterior, foi à televisão; compareceu na mídia para contestar um Deputado Estadual que atacara a qualidade da água da Cedae. O chumbo, até ali, não aparecia na água. Ah! O contrato acabou e a Cedae não renovou. Assinou com a UERJ. O chumbo logo apareceu na sua denúncia, divulgada pelo “o Globo”, canal perfeito para denegrir a imagem da Cedae.

A química é uma ciência, porque os fenômenos se repetem e podem ser observados em laboratório. Como se explica que os fenômenos observados na UERJ possam ser diferentes no Laboratório da UFRJ? Se o chumbo decorre do uso de tubulações ou rede velha de chumbo, já em desuso, como só depois de 1998 é que se desprende? Por que a UFRJ não detectou a contaminação? Será que o Sr. João escondia porque tinha o contrato? Será que a UERJ, hoje, esconde, também, porque tem o contrato? Será que o Sr. João é da política do ex-governador Marcello e é contra o governador Garotinho? Será que os profissionais estão se desrespeitando e faltando com o respeito ao usuário? Em quem devemos acreditar? Isso é uma questão seríssima de saúde pública. Ou será que o Sr. João se utilizando de “o Globo”, está escondendo o “sol com a peneira” para não revelar as maiores fontes de poluição com metais pesados que contaminam a fonte primária de abastecimento do Rio de Janeiro e Baixada – o Rio Paraíba do Sul, por ser de responsabilidade da União, patrão do Sr. João? Tenha coragem. Esqueça a Cedae e olhe aquele rio que a tantos municípios ribeirinhos abastece! Olha que o Reitor da UFRJ já avisou que não comunga nessa briga particular contra a Cedae e o seu Presidente atual.

Parece que estamos no fundo de um calabouço, reféns de todos os males. Se ao menos a Cedae reagisse! Se saísse desse estado mórbido, talvez recebêssemos mais oxigênio para o enfrentamento de tantos ataques e ambições internacionais. Manter-se-ia, aqui no Estado, a rejeição ao processo de privatização do Saneamento Básico, estimulando o resto do nosso Brasil contra o processo federal.

É difícil, mas não é impossível. Basta esse governador compreender que essa causa é patriótica, paralelamente à saúde pública e melhorar o combustível dessa máquina Cedae, diminuindo a dosagem política que coloca os homens competentes e certos em lugares errados, o que a faz ratear!

Dario Mondego
Presidente

Programa de privatizações de

Exemplos de outros países e resultados obtidos no país levam a sociedade a reflexão sobre o programa de FHC, que já encontra resistência no próprio

Enquanto o novo presidente argentino Fernando de la Rúa anuncia uma ampla revisão no processo de privatização imposto pelos dois conturbados anos de "governo Menem", o presidente FHC insiste na tese de reativar o processo de privatização dos serviços públicos no Brasil, ignorando os prejuízos que sofrem até hoje as populações dos países que já viveram essa experiência.

A reação da sociedade argentina, que sensibilizou o novo governo, é apenas uma ponta de "iceberg" num mar de distorções sociais e corrupção, que vêm afogando diversos países, depois que a onda neoliberal provocou uma "enxurrada" de privatizações de serviços públicos de interesse social, em várias partes do planeta.

Na vizinha Argentina, foi necessária uma mudança no poder para que o governo se convencesse de que trilhava o caminho errado, em prejuízo do país e da população. No Brasil, analistas políticos e sociais já começam a acreditar que qualquer mudança na política econômica e de desenvolvimento social do país também terá que passar por uma mudança de poder, tendo em vista que o modelo neoliberal está longe de representar uma política de governo, mas sim uma "receita pronta" preparada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para todos os países do Terceiro Mundo.

Reação em cadeia

Apesar da insistência do governo federal, que já sinalizou que a prioridade no ano 2000 será para os setores de Saneamento Básico e Petróleo, uma forte reação em cadeia começa a se delinear em todo o país, a partir de vários segmentos sociais. O governador de Minas e ex-presidente da República, Itamar Franco, por exemplo, já acenou que pretende lutar com todas as armas disponíveis para impedir a privatização de Furnas, que representa a privatização das águas – uma atitude inteiramente inconstitucional, segundo diagnóstico de uma comissão de juristas criada por ele para analisar o problema. Na base de sustentação política do governo federal, deputados e senadores come-

çam a questionar o Programa de FHC, que até agora não trouxe resultados econômicos ou sociais ao país, servindo apenas para bancar o aumento do endividamento interno e externo do próprio governo.

O segmento de Saneamento vem despertando interesse de megainvestidores internacionais, com apoio do FMI e ajuda do governo brasileiro, que utiliza a estratégia de pressão sobre os governadores estaduais, através de suas dívidas, para forçar a privatização das empresas estaduais. Por conta dessas pressões e de alianças políticas, encontram-se em processo de venda, atualmente, as Companhias de Saneamento de Pernambuco (Compesa), da Bahia (Embasa) e do Espírito Santo (Cesan).

A primeira grande tentativa de privatização no setor de Saneamento foi a CEDAE, no governo Marcello Alencar. Contudo o projeto foi frustrado pela ação dos empregados da Empresa, do CREA, do Clube de Engenharia, da ABES-Nacional e das lideranças comunitárias e de classe do próprio setor, numa reação em cadeia da sociedade, submetida a pesados prejuízos provocados pelos péssimos serviços prestados por concessionárias privatizadas nos setores de energia, telecomunicações, fornecimento de gás etc. Sem falar das tarifas dos serviços, atreladas a índices que só interessam às próprias concessionárias, e que começam a ser revistos, principalmente no Estado do Rio, onde o ex-governador Marcello Alencar entregou, com exceção da CEDAE, todos os serviços de interesse público à sanha do lucro de multinacionais privadas.

Esse descontentamento social se refletiu numa série de entraves ao projeto de privatização do governo, em 1999, quando o programa sofreu o seu pior desempenho. Em primeiro lugar, porque os serviços privatizados se transformaram num sucessão de "dores de cabeça" para a população que, parcialmente, acreditou nos argumentos iniciais do governo de que não dispunha de recursos para investir nesses serviços e que o setor privado seria a salvação. Depois, FHC prometeu utilizar os recursos para reduzir o déficit público. Não fez nem uma coisa nem outra: a qualidade dos serviços piorou sensivelmente e o

deficit público cresceu. Em novembro passado, a dívida líquida do Tesouro com o mercado totalizou R\$ 220,7 bilhões (23,3% do PIB). Já a dívida mobiliária federal (em títulos) alcançou R\$ 478,4 bilhões, um crescimento de R\$ 8 bilhões apenas em relação a outubro. A dívida externa de responsabilidade do Tesouro, no mês, atingiu R\$ 125,6 bilhões.

O resultado disso se reflete nos números do programa, desde a sua criação, em 1991. Depois de obter uma receita de US\$ 40 bilhões – que a sociedade questiona o destino até hoje – com a venda das principais estatais brasileiras (Vale do Rio Doce, CSN, Light etc.), o governo arrecadou, ao longo de 1999, apenas US\$ 3,2 bilhões. E diante da reação ao neoliberalismo, que começa a se globalizar (ver matéria sobre a recente experiência de Seattle - o grande exemplo), a tendência é que esse processo comece a ser revisto por todas as nações do planeta. Inclusive pelo Brasil, a partir de uma pressão social, apesar de FHC.

Aclamado nos braços do povo, o novo Presidente Argentino Fernando de la Rúa, promete rever tarifas e algumas concessões



Seattle

Reação à globalização explode no "b

Insatisfação social nas ruas da

As manifestações de protesto contra o projeto neoliberal ocorridas no início de dezembro, em Seattle, Estados Unidos, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), reunindo cerca de 80 mil trabalhadores, líderes de classe, intelectuais e cidadãos comuns, provenientes de várias partes do planeta mostraram bem o grau de insatisfação da sociedade em todo o mundo, com relação ao fim da soberania dos países, imposto pelo projeto neoliberal capitaneado pelo FMI.

Além de frustrada a tentativa dos países desenvolvidos de aprovar o chamado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que queria eliminar as políticas dos estados nacionais por considerá-las restritivas ao livre comércio, os representantes dos países ricos viram surgir uma das mais importantes reações populares, em plena terra do "Tio Sam", que ganharam as pági-

nas dos principais jornais do planeta. A expressiva demonstração de descontentamento levou as autoridades norte-americanas a reprimirem as manifestações com a força policial, utilizando todo tipo de violência, revoltando a própria população local.

Os termos do acordo que vem mobilizando a sociedade mundial foram herdados do Acordo Geral de Tarifas - GATT – e já haviam sido derrotados em Paris, em outubro de 98, numa reunião, com a presença de apenas 22 países e 400 entidades. Foi lá, no entanto, que o tema "comércio" ganhou repercussão, quando as nações perceberam o risco da eliminação das políticas dos Estados nacionais em benefício do livre comércio mundial.

Mas foi na reunião promovida pela ONG Ação pela Taxação das Aplicações Financeiras e Apoio aos Cidadãos (ATTAC), em Paris, em junho de 99, seis meses antes do

e FHC começa a naufragar

Decisão argentina também reflete a insatisfação social

de à
o governo



A decisão do governo argentino de colocar em "xeque" a privatização de empresas e de serviços públicos, embora se reverta de especial importância, não é única. Na própria Inglaterra, que foi precursora da onda neoliberal privatizante, durante o governo de Margaret Thatcher, o processo começou a ser questionado logo após a mudança de poder, devido a insatisfação social manifestada nas urnas, com a esmagadora vitória do trabalhista Tony Blair.

A mudança de contornos na Argentina, considerado o mais radical processo de privatização em toda a América Latina, se reveste de especial importância, pelas suas características de "excessiva generosidade e permissividade", semelhantes às do governo brasileiro. Naquele país, a privatização também ignorou o desemprego e acirrou a insatisfação dos consumidores - que hoje pagam as tarifas mais caras do mundo, em alguns setores.

Diante disso, o novo governo de Fernando de la Rúa suspendeu novas privatizações e ameaça rever algumas concessões. De imediato, assinou com as empresas de telefonia um plano para baixar as tarifas locais e já está negociando com as concessionárias de estradas um acordo semelhante para os preços de pedágios. A iniciativa do novo governo acabou influenciando a província de Buenos Aires - a principal do país - que já marcou

para fevereiro uma redução média de 6% para as tarifas de energia elétrica.

A exemplo do Brasil, os consumidores argentinos enfrentam problemas com os órgãos reguladores, que também não são muito eficientes na fiscalização das empresas de serviços públicos. No caso da telefonia, a situação é mais grave, porque o processo de privatização, no início dos anos 80, gerou uma espécie de monopólio, dividido entre a Telefônica e a Telecom Itália. Agora, nove anos depois, diante da pressão do novo governo, as duas empresas concordaram em reduzir as tarifas, a partir de março, em 19,5% nos setores comerciais e em 5,5% no residencial.

No setor elétrico, a população também sofre com os frequentes apagões por falta de manutenção do sistema, o que já está preocupando o governo de la Rúa. Em dezembro último, em apenas duas semanas, foram registrados 11 cortes de eletricidade e milhares de pessoas ficaram sem metrô, elevador, ar condicionado e sem água. Considerado um dos piores crimes da era privatista, através de um monopólio semelhante ao da telefonia, no qual a Argentina foi dividida entre duas empresas: a Edenor e a Edesur. O problema é que ambas pertencem ao mesmo dono - o grupo espanhol Endesa. Agora, o governo estuda uma forma de cobrar das empresas melhor qualidade nos serviços. ●

berço" do capitalismo

a "Corte"

encontro da OMC, que ficou sinalizado o que estava por acontecer em Seattle: 71 países, 700 entidades e duas mil pessoas se reuniram para debater a principal bandeira da entidade - a Taxa Tobin - aprofundando discussões que mudaram a prioridade da Ação pela Taxação das Operações Financeiras. A partir de uma sugestão da representação brasileira, o documento final do encontro definiu que era mais importante combater a chamada "A Rodada do Milênio" e suas conseqüências.

Prestigiada por 144 países, 2.100 entidades e cerca de 10 mil pessoas, a reunião de Seattle marcou a reação da sociedade organizada contra a progressiva desregulamentação de setores, a liberalização da economia e a privatização de empresas públicas. Isto porque as relações entre governos e empresas transnacionais acentuaram, principalmente na

última década, o desemprego e a miséria nos países mais pobres, orquestradas pela OMC, criada à revelia da própria Organização das Nações Unidas, e que tem autoridade até para legislar e obrigar inclusive países desenvolvidos a mudarem suas regras comerciais. A pauta do encontro de Seattle estava, estrategicamente, restrita aos temas agricultura, serviços e propriedade intelectual, mas a intenção da OMC e dos países ricos era incluir assuntos como a desregulamentação de serviços de Saneamento e outros".

Dá a importância do episódio de Seattle, pois a reação social ganhou "contornos globalizantes", desencadeando uma consciência maior da sociedade mundial contra o fim da soberania dos Estados nacionais, em nome do lucro e da ganância das grandes corporações, em detrimento dos direitos sociais e trabalhistas, do meio ambiente e da biodiversidade.

Privatização na Alemanha mergulhada na corrupção

O processo de privatização na Alemanha do ex-chanceler Helmut Kohl, responsável pela reunificação do país, também já começou a provocar reações da sociedade. Não com relação à qualidade dos serviços públicos, mas envolve um outro aspecto que tem caracterizado as relações entre governos e as grandes corporações multinacionais: a corrupção.

Um escândalo que tem como protagonista o próprio líder Helmut Kohl está prestes a explodir na Alemanha, envolvendo a distribuição de propinas para facilitar a venda de empresas públicas. A denúncia é do ex-vice presidente da Sociedade Fiduciária Federal, Klaus Schucht, que co-

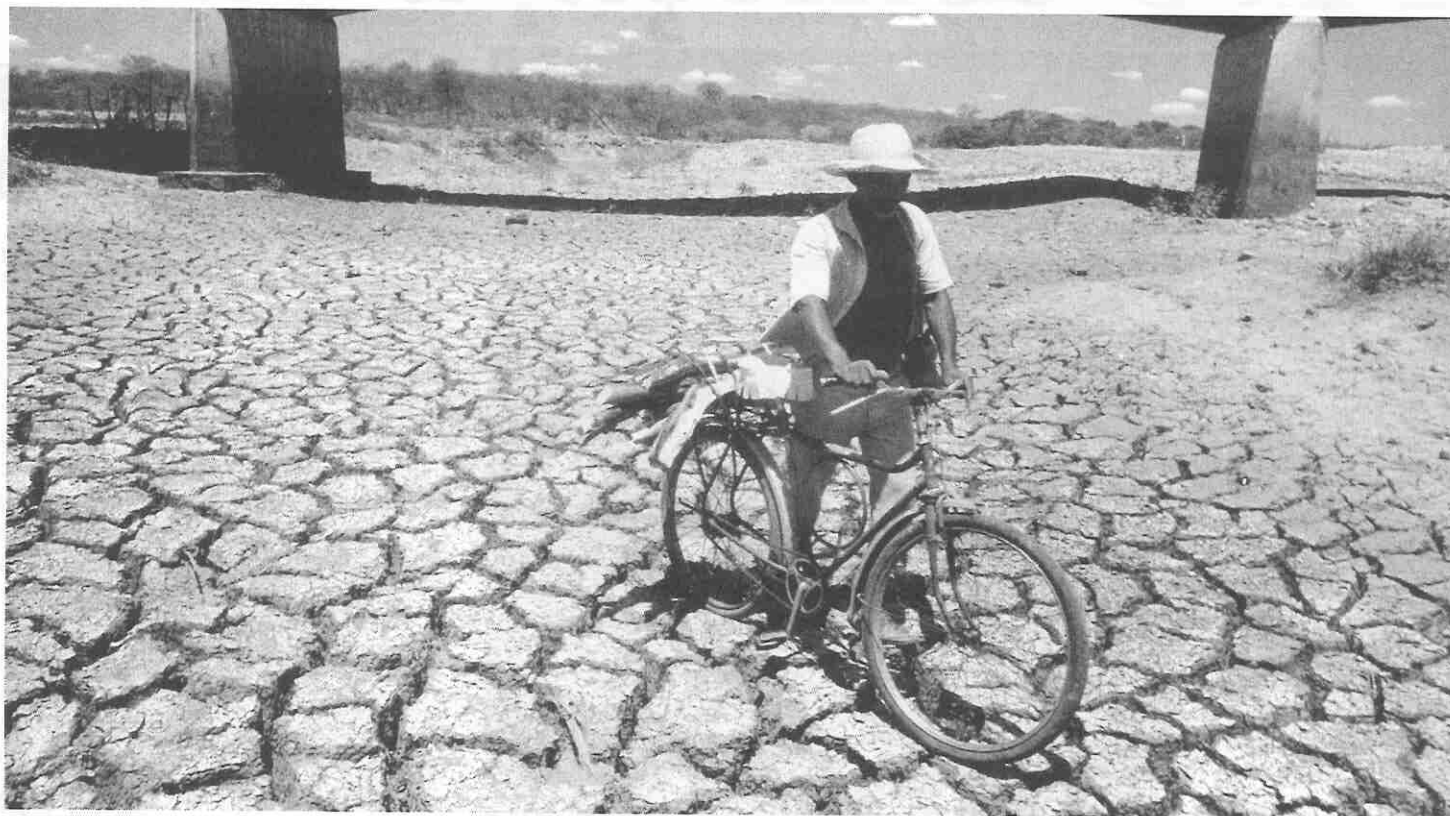
mandou todo o processo de privatização da economia estatal da antiga Alemanha Oriental Comunista (RDA).

Schucht registrou num diário secreto, guardado num cofre do Arquivo Federal de Koblenz, todos os erros cometidos no processo pelo ex-chanceler alemão - seu amigo pessoal - que só deverão ser publicados 10 anos depois de sua morte. Entre outros escândalos narrados no diário, ele aponta a venda da refinaria Leuna à empresa francesa Elf, suspeita de ter distribuído milhões de marcos em propina a políticos alemães, para facilitar a decisão de vender a refinaria "a um preço bom para os franceses". ●

Resistências dentro do próprio governo

A pesar da determinação de FHC e de alguns governadores alinhados com a sua política, o governo federal vai enfrentar resistências dentro de sua própria base de sustentação política para retomar seu projeto nacional de privatização, paralisado desde o escândalo provocado durante o processo de venda das empresa de telecomunicações do Sistema Telebrás, em julho passado. O novo obstáculo, de natureza conceitual, já vem se consolidando na reação dos próprios partidos de coalizão do governo ao modelo de venda de bloco de ações que permitem a transferência do controle das companhias ou a participação de estrangeiros nas decisões, na qualidade de sócios-estratégicos e com financiamento do BNDES.

Um sinal claro dessa tendência de crescimento da resistência política dentro do Congresso ficou evidente no final de dezembro, durante uma Audiência Pública da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, convocada para ouvir o ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, e o presidente do BNDES, Andrea Calabi, sobre a evolução das privatizações. Nem mesmo o presidente da Comissão, Deputado Delfim Neto, se deu ao trabalho de comparecer à sessão. E enquanto os dois falavam a uma platéia de dois deputados da base governista e três da oposição, a Co-



O Brasil detém uma imensa reserva de água, mas o governo alega falta de recursos para resolver situações como esta

missão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovava a constitucionalidade de um projeto de lei do senador Álvaro Dias, proibindo a venda de ações da Petrobrás, excedentes do controle acionário estatal da Companhia.

Assim como o setor de Saneamento básico, a venda das ações da Petrobrás e todo o restante do setor elétrico é parte do item 27 do acordo assinado com o FMI pelo

governo federal e a decisão do Senado, se não interrompe de vez, cria um forte obstáculo ao cumprimento deste item do acordo. Além disso, segundo representantes da própria bancada do PSDB no Senado, há o consenso geral de que os recursos obtidos pelo programa de privatizações não reduziram a dívida do setor público, mas, ao contrário, teriam servido apenas para pagar taxas de juros altíssimas decretadas

pelo próprio governo.

Dessa forma, a posição da maioria dos políticos seria no sentido de parar o programa, para refletir sobre qual o melhor modelo para o país. A defesa pelo PSDB e pelo PFL da venda pulverizada das ações de companhias estatais incluídas no programa não passaria, nesse sentido, de simples discurso político-eleitoral, para encobrir a indefinição dos rumos do programa.

Inglaterra intervém em ferrovia privada

Foi necessária a morte de 40 pessoas, num acidente entre dois trens, num subúrbio de Londres, em outubro passado, para acelerar a decisão do governo inglês – que vinha sendo discutida desde que os trabalhistas voltaram ao poder, em 1997 – de entregar o controle da fiscalização da rede ferroviária a uma entidade independente, tirando poderes da empresa privada Railtrack que comprou da British Rail as estradas de ferro e a sinalização, em 1994.

A medida, que retira a responsabilidade pela segurança do

sistema ferroviário das mãos da iniciativa privada, foi comunicada pelo próprio primeiro-ministro Tony Blair, que decidiu tornar rigorosa a fiscalização, depois do acidente. Isto porque, as investigações da tragédia revelaram um conflito entre o desejo do lucro das empresas e as necessidades de segurança da população”. Em 1998, a Railtrack teve lucro de 1,4 milhão de libras (US\$ 2,3 milhões), mas não fez os investimentos necessários para oferecer segurança no mesmo nível que empresas estatais do continente garantem.

“Somente depois do acidente, o governo Tony Blair decidiu tornar mais rigorosa a fiscalização do sistema ferroviário na Inglaterra



Modelo de privatização no Estado naufraga e falcatruas começam a vir à tona

Privatizações em “Xeque” no Rio

Com certeza, o trabalho encomendado pelo governo Anthony Garotinho à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Coppe/UFRJ - para auditar as privatizações das empresas públicas, realizadas no governo Marcello Alencar, vai deixar muita gente de “cabelo em pé”. A série de falcatruas encontradas nos processos de licitação das vendas dessas empresas demonstra, entre outras coisas, que a grave crise econômico-financeira que atinge hoje o Estado do Rio é resultado principalmente dos sérios prejuízos financeiros ao patrimônio público, provocados por essas privatizações. Mas não é só o Estado que perde, a população também vem amargando prejuízos com a queda da qualidade do serviço e do aumento das tarifas - que em um ano chegou a quase 22%, dependendo do serviço.

Em entrevista coletiva, no último dia 5 de janeiro, o secretário de Planejamento, Jorge Bittar, afirmou que o preço da venda de três estatais (Companhia de Energia do Rio de Janeiro - CERJ -; Companhia Estadual de Gás - CEG - e Rio-Gás) foi subavaliado, gerando um prejuízo de pelo menos R\$ 650 milhões aos cofres públicos do Estado. Além disso - denunciou o secretário - os contratos não prevêm metas para investimentos na expansão e na qualidade dos serviços e, o que é pior, desobrigam as empresas a investir em áreas carentes. Bittar disse que a auditoria vai continuar e nos próximos dias será anunciado o resultado das realizadas nas privatizações do Metrô, Flumitrens, Conerj, Pró-Lagos, Banerj e Via Lagos.

Contratos prevêm aumentos segundo a variação do dólar

Aliás, ao anunciar o resultado da auditoria das privatizações da CERJ, da CEG e da Rio-Gás, o Secretário afirmou que, entre as várias irregularidades, a mais gritante é a utilização do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, no cálculo do reajuste das tarifas dos serviços prestados por essas empresas hoje privatizadas. Isto, considerando-se que a maior parte dos preços medidos pelo IGP-M sofre impacto direto da alta do dólar. Para se ter uma idéia, em 1999, este índice atingiu 20,1% - taxa muito superior à variação do custo de vida da população.



As irregularidades cometidas na privatização pelo governo anterior foram finalmente denunciadas pelo atual secretário de Planejamento, Jorge Bittar

Empresários ameaçam deixar o Rio

Os prejuízos que vêm sendo acumulados graças às irregularidades ocorridas durante e depois do processo licitatório da Rio-Gás, que fornece o serviço para uso industrial, poderão se estender à própria arrecadação tributária do Estado. Um grupo de empresários de peso (Álcalis, Bayer, Grupo Peixoto de Castro, Metanor, Copenor e Prosint) está ameaçando deixar o Rio, por conta dos preços tarifários aplicados pela empresa (R\$ 0,19 o metro cúbico) e até mesmo devido a qualidade do produto fornecido.

A ameaça de retirar seus investimentos do Rio foi levada por representantes das indústrias ao vice-diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, coordenador técnico do relatório enca-

minhado ao governo estadual sobre as 10 privatizações feitas pelo governo anterior. Eles alegam que não deveriam pagar a mesma tarifa aplicada nos demais estados, já que estão instalados praticamente ao lado do petróleo de Campos.

A qualidade do produto também foi questionada. Segundo os empresários, cada metro cúbico de gás tem poder calorífero padrão. Mas a empresa - reclamam - fornece metros cúbicos com poderes caloríferos variados, pelo mesmo preço. Eles afirmam que consomem a mesma quantidade de gás de antes, e pagam mais. Alegam também que a Rio-Gás cobra impostos que não deveria, como os decorrentes de operações financeiras da empresa.

Segundo a Coppe, no caso da CERJ, o preço mínimo da empresa deveria ter sido de R\$ 1 bilhão. Isto quando a empresa foi vendida por apenas R\$ 464 milhões a um consórcio de empresas do Chile, da Espanha e de Portugal. O relatório da auditoria denuncia que duas das empresas que fazem parte do consórcio têm sede em paraísos fiscais, e seus executivos estiveram envolvidos em escândalos financeiros no Chile. Outro problema grave no contrato da CERJ é que este desobriga a empresa a investir nas propriedades sem eletrificação rural, que representam 60% do total no Estado. O contrato não exige também investimentos em áreas de menor rentabilidade financeira.

Já o secretário de Estado de Energia, Wagner Victor, que participou também da entrevista coletiva, disse que o contrato da CERJ é tão frouxo que a empresa enfrenta até o governo federal, resistindo a implantar um programa de eletrificação rural, apesar de 60% das propriedades rurais do Estado não terem luz elétrica e este programa ser amplamente defendido pela União.

Por sua vez, o secretário de Planejamento afirmou que o contrato da CEG e da Rio-Gás é escandaloso. Além das duas empresas terem tido seus preços subavaliados, as irregularidades são várias, sendo as mais gritantes: a falta de opção que garanta ao consumidor o suprimento alternativo, em caso de problemas com a distribuição; e a criação de um monopólio para a distribuição de gás, o que faz com que a Empresa não tenha nenhuma preocupação em reduzir os custos do serviço. A questão do monopólio é tão grave que até mesmo as empresas termelétricas - que podem comprar gás diretamente da Petrobrás - precisam pagar à concessionária privada, ainda que ela não preste qualquer serviço.

Infelizmente, apesar de ter detectado estas graves irregularidades, o governo do Estado não está cogitando o cancelamento dos contratos de privatização, embora os relatórios da auditoria feita pela Coppe devam ser enviados à Procuradoria Geral do Estado para serem analisados sob o ponto de vista jurídico. Jorge Bittar foi taxativo, no entanto, ao falar que o Estado vai negociar com as empresas a redução das tarifas ou, pelo menos, a mudança do cálculo dos reajustes.

América Latina, Fin-de-Siècle

*Oswaldo Caggiola

Nada é mais simbólico da situação da América Latina, neste final de século, que a “devolução do Canal do Panamá (prevista para o último dia do ano) coincida com a imposição ou consolidação de assalariados do capital financeiro internacional (em especial, do FMI) no comando da política econômica dos principais países do continente.

Nunca a América Latina foi tão formalmente independente e aparentemente “democrática”; nunca também foram atingidos os atuais níveis de entreguismo econômico e político, e de miséria social. Bem entendido, se trata menos político, e de miséria social. Bem entendido, se trata menos de uma contradição do que de um paradoxo, que ilustra o grau da crise histórica da nossa hoje quase esquecida “pátria grande”

No final do século passado, Engels, observando os EUA, manifestava que o capital atingia a perfeição da sua dominação com a Bolsa de Valores e a república democrática. Em inícios de nosso século, Lênin ensinou que o imperialismo capitalista, à diferença dos imperialismos pretéritos ou do antigo sistema colonial, não só se coaduna com a independência política formal, mas também a prefere à ocupação direta das zonas dominadas, mais onerosa. Não se pode dizer, portanto, que não tivéssemos ilustres advertências acerca de nossa situação atual.

No Brasil, na última década, foram destruídos 3,3 milhões de empregos formais, 1,8 milhões só no governo “do social-democrata” Fernando Henrique Cardoso. Tudo segundo cifras oficiais, as mesmas que indicam, para a Argentina, um desemprego de quase 14% (mais de 1,8 milhão de pessoas) e um sub-emprego superior a 14% (quase 2 milhões de trabalhadores) perfazendo um total superior a 28%: descontadas as fraudes estatísticas “oficiais”, o exército dos “sem trabalho” chega a um terço da população.

Estamos falando das duas maiores economias da América do Sul.

E a democracia? É sabido que 25% do fabuloso montante mundial de dinheiro consagrado à especulação financeira provém das diversas máfias, em especial do narcotráfico. Os nossos sistemas políticos não escapam da “atração” exercida por essa força poderosa. Menem se retira do governo argentino envolvido em escândalos (que incluem assassinatos de jornalistas e até do próprio filho) e com 150 membros do seu primeiro escalão governamental processados. No Brasil, temos desde deputados

pistoleiros até presidentes de CPI do narcotráfico suspeitos de ... tráfico de drogas. No México, está ficando exposta uma vasta rede, responsável por assassinatos, desaparecimentos e valas comuns clandestinas, chefiada pelo partido governamental, que de acordo

com Los Angeles Times, “usa a polícia, o exército e o sistema jurídico para extorquir dinheiro de traficantes”. A “representação popular” de nossos países está virando cobertura do crime organizado.

Mas temos, nos dizem, estabilidade econômica (ou melhor, monetária). Digamos, em primeiro lugar, que para a maioria popular ela apenas é a estabilidade da fome.

A adoção, na primeira metade da década, de planos de estabilização baseados na âncora cambial foi, na verdade, uma consequência da renegociação da dívida externa (exigida pelos EUA depois da “crise das dívidas” da década de 80) materializada no plano Brady, em que a condição principal para a rolagem da dívida es-

tava na aquisição de títulos do tesouro americano de 30 anos, com taxas de juros determinadas pelos próprios EUA. Viramos, portanto, principais financiadores da contenção monumental crise do capitalismo ianque, sintetizada em uma dívida pública e um déficit comercial sem precedentes dos EUA. Para fazê-lo, a América Latina se submeteu a uma colonização econômica sem precedentes na era independente, através da drenagem do esforço nacional (dívida externa e remessas de lucros), da entrega do patrimônio acumulado (privatizações) e da submissão monetária

Nunca a América Latina foi tão formalmente independente e aparentemente “democrática”; nunca também foram atingidos os atuais níveis de entreguismo econômico e político, e de miséria social.

ao Banco Central dos EUA (planos de “convertibilidade” e, possivelmente, até dolarização da economia).

É fundamental entender que a queda espetacular da América Latina é parte da crise mundial do capitalismo, que se traduz nas crises da Ásia, Rússia e Brasil (1997-98), no risco

de falência bancária dos EUA em 1998, no impasse da União Européia (problemas com a absorção dos países do Leste e crescimento das rivalidades internas), na desagregação dos blocos comerciais, como o Mercosul e os blocos asiáticos; no fracasso do Japão em sair de uma depressão econômica profunda e duradoura, que já supera uma década. A essa crise vincula-se a agudização geral da luta de classes da instabilidade política no mundo todo.

Em momentos de crise, o capital precisa de todos os seus recursos. Daí que não seja contraditório que o brutal processo de alienação econômica e decomposição social da América Latina se realize sob o signo político do centro - esquerda, chame-se

esta última Aliança, Concertación, social-democrática ou até trabalhismo. A crescente (e, às vezes, completa) integração da esquerda ao status-quo, em troca é claro, de alguns privilégios miseráveis, também, também reconhece precedentes, como a completa capitulação da social democracia ao imperialismo na Primeira Guerra Mundial. Mas não esqueçamos que daquela capitulação histórica nasceu uma nova esquerda, que com Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Gramsci, se pôs à cabeça dos processos revolucionários.

A evolução da intelectualidade latino-americana é parte desse processo. Na sua grande maioria, sua grande maioria, ela é protagonista, não já de uma “demissão” (como denunciou em outras eras, Julien Brenda), mas de uma cumplicidade com a entrega, com argumentos às vezes “humanitários” ou “democráticos”, adaptando-se às modas intelectuais passageiras das metrópoles e submetendo-se, ela também, a um grau de colonização mental sem precedentes históricos, onde o único que vale é produzir “papers” para os congressos internacionais (ou para as revistas “indexadas”, em inglês) na busca de uma migalha no banquete dos “gurus” intelectuais do chamado Primeiro Mundo. James Petras e Pablo Rieznik tem produzido, sob ângulos diversos, análises decisivas dessa “integração intelectual”.

A América Latina entra no novo século com uma colossal dívida econômica, social, intelectual, política e cultural. As alternativas são: continuar a pagá-la, virando para sempre marionetes dos Bill Gates ou George Soros de plantão, ou recriar uma independência política, mental e moral, que ponha novamente nossa “pátria grande” na trincheira mundial do combate contra o imperialismo capitalista e seus bonecos de ventríloquo locais.

Oswaldo Caggiola é colaborador do Jornal “Correio da Cidadania”, de onde foi transcrita esta matéria (edição número 174, de dezembro de 1999)